



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

CONTRATO Nº 219/2022

Município de Canguçu, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº. 88.861.430/0001-49, com prefeitura na Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos, nº 240, neste ato representado por seu Prefeito de Canguçu, Sr. Marcus Vinícius Müller Pegoraro, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua João de Deus Nunes, 405, Canguçu/RS, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e **CRVR – RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS S.A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.505.185/0001-84, com sede na BR 290 KM 181, CEP: 96.755-000, BAIRRO: Coreia, Minas Do Leão/RS neste ato representado por seu representante legal, Sr. Alexandre de Sousa Machado, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 4052468602 SSP/RS, inscrito no CPF sob o nº 74292730091 com endereço profissional no Largo Visconde do Cairú, nº 12, sala 1304, Centro, Porto Alegre/RS, CEP 90030-110, Sr. LEOMYR DE CASTRO GIRONDI, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 5011580528 SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob o nº 479.570.930-00, residente e domiciliado na Cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, à Rua Tiradentes, 23 – Centro – CEP: 97050-730 doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e das demais normas legais aplicáveis formalizam o presente contrato mediante cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 O objeto do presente contrato visa **contratação de empresa especializada contratação de empresa para Transporte, recebimento e Destinação final de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Canguçu em aterro sanitário**, conforme consta no **Pregão Eletrônico nº 34/2022**.

Lote	Item	Estimativa anual	Estimativa mensal	Descrição	Valor Unitário máximo	Valor mensal	Valor total anual
01	01	4680 toneladas	390 ton/mês	Serviço de Transporte, recebimento e disposição final dos resíduos sólidos em aterro sanitário.	R\$ 293,73 por tonelada	R\$ 114.554,70	R\$ 1.374.656,40

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 O pagamento será efetuado contra empenho, até o décimo quinto dia útil subsequente ao do mês vencido, conforme serviço prestado durante o mês, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura acompanhada das devidas planilhas, oriundas das seguintes dotações orçamentárias Elemento de despesa: 3.3.90.39.99.03.00, Ficha: 1098.

2.2 O transporte de resíduos sólidos urbanos até o aterro sanitário licenciado será aferido por peso e pago por toneladas de resíduos transportados;

2.3 O depósito de resíduos sólidos urbanos no aterro sanitário licenciado será aferido por peso e pago por tonelada de resíduos depositados.

2.4 Todas as notas fiscais/faturas emitidas pela contratada deverão conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do Pregão a fim de se agilizarem os trâmites de liberação do documento fiscal para pagamento.

2.5 A contratada deverá apresentar, no vencimento de cada parcela, como condição para recebimento destas, todas as Certidões previamente solicitadas de acordo com o 10.1.2 Regularidade Fiscal.

2.6. Nos pagamentos realizados após a data do vencimento, incidirão juros de 0,5 (meio por cento) ao mês, até a data da efetivação do pagamento e correção monetária pelo índice do IPCA do mês anterior, pró-rata die, desde que o atraso seja superior a 30 (trinta dias).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3.1 A descrição completa referente a prestação dos serviços está descrita no edital e anexo V.

3.2 Os serviços serão executados pela vencedora na área de transbordo do município, sendo este carregamento de responsabilidade do Município.



3.3 Os resíduos a serem transportados não poderão permanecer no local do transbordo por um período superior a 48 (quarenta e oito) horas.

4 O Transporte do transbordo até o destino final será realizado em caminhões apropriados para este fim, devendo a empresa contratada apresentar comprovante de licenciamento ambiental para o transporte de resíduos em conformidade com as normas e legislações vigentes, bem como o Manifesto de Transporte;

3.5 A pesagem do veículo, para cálculo da quantidade de resíduos transportados, será efetivada em balança, com laudo do INMETRO, que emitirá ticket de pesagem, constando a placa do veículo, nome do motorista, tara do veículo, peso da carga, peso total, data, hora da pesagem, para todas as cargas que forem transportadas;

3.6 Em caso do Aterro Sanitário indicado para a disposição final, não ser de propriedade da empresa vencedora, esta deverá apresentar declaração de disponibilidade em nome do empreendedor, que expresse o aceite do recebimento de resíduos provenientes do município por até 12 (doze) meses, sendo que deverá ser acompanhado por licença de operação vigente (emitida pelo órgão ambiental competente) do empreendimento, bem como relatório de conhecimento do órgão ambiental;

3.7 Como a forma de pagamento dar-se-á por tonelada depositada no aterro, o veículo deverá comprovar através do ticket de pesagem do aterro sanitário a entrada e saída do veículo.

DOS VEÍCULOS E DEMAIS EQUIPAMENTOS

3.8 A empresa vencedora deverá apresentar a relação, com descrição dos caminhões e documentação que comprove a marca, modelo e ano de fabricação.

3.9 Durante a vigência do contrato não poderão ser utilizados veículos e demais equipamentos com mais de 10 anos de fabricação.

3.10 A empresa a ser contratada deverá apresentar a documentação dos veículos/equipamentos a serem utilizados para a prestação dos serviços na data da assinatura do contrato. Caso não seja proprietária deverá apresentar contrato de locação.

3.11 Não será permitida a exploração de publicidade de terceiros nos equipamentos e veículos bem como no uniforme dos funcionários envolvidos no contrato.

3.12 Os veículos deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso e operação, podendo a prefeitura solicitar e/ou vistoriar a qualquer momento.

3.13 Todos os caminhões disponíveis aos serviços deverão respeitar os limites estabelecidos em lei para fontes sonoras e emissão de poluentes;

3.14 O município pode, a qualquer momento, exigir a troca de qualquer veículo que não esteja adequado às exigências e enquadrado no edital;

DO PESSOAL

3.15 Compete ao proponente a admissão de mão de obra em quantidade suficiente ao desempenho dos serviços contratados, correndo por sua conta e risco todo e qualquer encargo trabalhista, previdenciário, fiscal ou comercial e outras de qualquer natureza, bem como indenização de acidentes de trabalho causados por seus empregados, auxiliares ou prepostos;

3.16 Para fins de cálculo ficou estabelecido que para os serviços de transporte 01 motorista para o caminhão de transporte;

3.17 Os funcionários admitidos deverão possuir capacidade física e qualificação que os capacite a executar os serviços inerentes ao objeto da presente licitação.

3.18 O pessoal empregado em atividades físicas operacionais deverá estar sempre uniformizado e com Equipamento de Proteção Individual (EPI) correspondente as leis e normas estabelecidas em legislações pertinentes (Norma Regulamentadora n° 6 (NR -06) do Ministério do Trabalho).

3.19 A proponente deverá manter no mínimo os seguintes funcionários encarregados dos serviços de transporte: 01 motorista para o caminhão de transporte – Serviço de transporte; Quanto à disposição final, deverá ser observadas as regras e normas do Aterro Sanitário.

3.20 A previsão para iniciar a prestação dos serviços, objeto em questão do referido é de 5 (cinco dias após a assinatura do presente contrato).

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1 O contrato referente a **contratação de empresa especializada para Transporte, recebimento e Destinação final de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Canguçu em aterro sanitário** terá vigência a partir da data de sua elaboração por um período de 12 meses que poderá ser prorrogado por até



60 meses, a critério da administração, devendo ser observado o artigo 40, XI da Lei 8666/1993, ficando fixado IPCA acumulado dos últimos 12 meses como índice de reajuste. Havendo prorrogação do prazo do contrato, na qual será formalizado mediante termo aditivo solicitado pela Administração Municipal.

4.2 A contratada poderá se opor à prorrogação de que trata o subitem anterior, desde que o faça mediante documento escrito, recebido pela Unidade contratante em até 60 (sessenta) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

4.3 A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Administração não gerará à contratada direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

5.1 São obrigações do MUNICÍPIO

- a) Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços, se o mesmo está seguindo todas as exigências contidas no edital e seus anexos;
- b) Efetuar o pagamento ajustado, à vista da nota fiscal e demais documentos solicitados pela Municipalidade, devidamente atestadas pelo setor competente.

5.2 São obrigações da CONTRATADA

São obrigações da contratada:

- II - Executar o objeto contratado na forma do presente contrato, não se admitindo quaisquer modificações sem prévia autorização da Contratante;
- II - Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste contrato;
- III - Cumprir a Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente, e se responsabilizar pelos danos e encargos de qualquer espécie decorrentes de ações ou omissões, culposas ou dolosas, que praticar;
- IV - Pagar e recolher todos os impostos e demais encargos fiscais, bem como todos os encargos trabalhistas previdenciários, sociais e comerciais, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, que forem devidos em decorrência do objeto desta Licitação;
- V - Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;
- VI - Cumprir as condições contidas no Termo de Referência deste edital (anexo V);
- VII - Iniciar os serviços na data aprazada;
- VIII - Possuir, obrigatoriamente, seguro de acidentes pessoais e seguro dos veículos contra terceiros;
- IX - Cumprir as Portarias e Resoluções do Município;
- X - Cumprir todas as exigências contidas no Código de Trânsito Brasileiro bem como em regulamentações expedidas pelas pelo CONTRAN;
- XI - Os serviços serão executados pela vencedora na área de transbordo do município, sendo este carregamento de responsabilidade do Município.
- XII - Os resíduos a serem transportados não poderão permanecer no local do transbordo por um período superior a 48 (quarenta e oito) horas.
- XIII - O Transporte do transbordo até o destino final será realizado em caminhões apropriados para este fim, devendo a empresa contratada apresentar comprovante de licenciamento ambiental para o transporte de resíduos em conformidade com as normas e legislações vigentes, bem como o Manifesto de Transporte;
- XIV - A pesagem do veículo, para cálculo da quantidade de resíduos transportados, será efetivada em balança, com laudo do INMETRO, que emitirá ticket de pesagem, constando a placa do veículo, nome do motorista, tara do veículo, peso da carga, peso total, data, hora da pesagem, para todas as cargas que forem transportadas;
- XV - Em caso do Aterro Sanitário indicado para a disposição final, não ser de propriedade da empresa vencedora, esta deverá apresentar declaração de disponibilidade em nome do empreendedor, que expresse o aceite do recebimento de resíduos provenientes do município por até 12 (doze) meses, sendo que deverá ser acompanhado por licença de operação vigente (emitida pelo órgão ambiental competente) do empreendimento, bem como relatório de conhecimento do órgão ambiental;
- XVI - Como a forma de pagamento dar-se-á por tonelada depositada no aterro, o veículo deverá comprovar através do ticket de pesagem do aterro sanitário a entrada e saída do veículo;
- A empresa vencedora deverá apresentar a relação, com descrição dos caminhões e documentação que comprove a marca, modelo e ano de fabricação.
- XVII - Durante a vigência do contrato não poderão ser utilizados veículos e demais equipamentos com mais de 10 anos de fabricação.



XVIII - A empresa a ser contratada deverá apresentar a documentação dos veículos/equipamentos a serem utilizados para a prestação dos serviços na data da assinatura do contrato. Caso não seja proprietária deverá apresentar contrato de locação.

XIX- Não será permitida a exploração de publicidade de terceiros nos equipamentos e veículos bem como no uniforme dos funcionários envolvidos no contrato.

XX - Todos os caminhões disponíveis aos serviços deverão respeitar os limites estabelecidos em lei para fontes sonoras e emissão de poluentes;

XXI- O município pode, a qualquer momento, exigir a troca de qualquer veículo que não esteja adequado às exigências e enquadrado no edital;

XXII - Compete ao proponente a admissão de mão de obra em quantidade suficiente ao desempenho dos serviços contratados, correndo por sua conta e risco todo e qualquer encargo trabalhista, previdenciário, fiscal ou comercial e outras de qualquer natureza, bem como indenização de acidentes de trabalho causados por seus empregados, auxiliares ou prepostos;

XXIII - Para fins de cálculo ficou estabelecido que para o serviços de transporte 01 motorista para o caminhão de transporte;

XXIV - Os funcionários admitidos deverão possuir capacidade física e qualificação que os capacite a executar os serviços inerentes ao objeto da presente licitação.

XXV - O pessoal empregado em atividades físicas operacionais deverá estar sempre uniformizado e com Equipamento de Proteção Individual (EPI) correspondente as leis e normas estabelecidas em legislações pertinentes (Norma Regulamentadora nº 6 (NR -06) do Ministério do Trabalho).

XXVI - A proponente deverá manter no mínimo os seguintes funcionários encarregados dos serviços de transporte: 01 motorista para o caminhão de transporte – Serviço de transporte; Quanto à disposição final, deverá ser observadas as regras e normas do Aterro Sanitário.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1 A fiscalização dos serviços prestados pela CONTRATADA ficará a cargo do Município, por meio de Fiscal de Trânsito e Transporte da Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos, o Servidor: **Douglas Dutra Ferreira, matrícula 503929, Portaria nº 233 /2022**

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 O presente contrato será rescindido por acordo entre as partes ou, independentemente de interpelação ou procedimento judicial:

I - no caso de inexecução total ou parcial, bem como pelos motivos enumerados no art. 78 da Lei 8.666/93, alterada, pela Lei 8.883/94;

II - no caso de dolo, culpa, simulação ou fraude na execução do presente contrato;

III - quando ficar evidenciada a incapacidade da Contratada para dar execução ao contrato ou para nele prosseguir;

IV - se a Contratada transferir o presente contrato, ou a sua execução, no todo ou em parte, sem prévia autorização da Contratante;

V – em caso de falência ou concordata, liquidação ou dissolução da Contratada, ou, ainda, na hipótese de alteração em sua estrutura social que impossibilite ou prejudique a execução do presente contrato.

VI – Em caso de 03 (três) notificações, reincidentes, independente do tipo de infração, sem que a empresa solucione a questão e nem apresente justificativa com prazo de solução, será aplicada, de forma automática, a penalidade de desconto de 3% do valor no pagamento mensal.

VII – Quando da realização de fiscalização por parte do setor de Transporte Escolar se o fiscal atender a ocorrência de alguma situação que represente risco aos alunos, poderá ser determinada a interrupção do serviço.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:

8.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

b) Manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;

c) Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

d) Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

e) Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 03 (três) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

f) Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

g) Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

h) Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

i) Se houver três notificações graves para a empresa contratada, esta poderá ter seu contrato rescindido, sendo realizado novo processo licitatório, do qual a empresa punida não poderá participar.

j) Em caso de 3 notificações, reincidentes, independente do tipo de infração, sem que a empresa solucione a questão e nem apresente justificativa com prazo de solução, será aplicada, de forma automática, a penalidade de desconto de 3% do valor no pagamento mensal.

l) As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

m) Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 A despesa proveniente deste Edital correrá por conta da dotação orçamentária a seguir:

9.1.1 Recurso oriundo da Prefeitura Municipal de Canguçu.

Orgão	Ficha	Projeto atividade	Elemento despesa
Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos	1098	2365	3.3.90.39.99.03.00

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

10.1 O presente contrato está vinculado ao Pregão Eletrônico nº 34/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1 O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei 8.666/1993 e suas alterações e Lei 10520/2002, Lei 10024/2019 e pelas normas do direito administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Canguçu/RS, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

CANGUÇU/RS, 03 de Junho de 2022.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO
PREFEITO MUNICIPAL

CRVR – RIO GRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA
CONTRATADA

Assinado por 2 pessoas: FERNANDA DAMAZZ E PEGORARO e MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://cangucu.rs.gov.br/verificacao/91218-765018-636749-70331> e informe o código: 18E2B755B56956370281

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integridade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil.

Data de emissão do Protocolo: 07/06/2022

Dados do Documento

Tipo de Documento: Contrato de Prestação de Serviços
Referência: Contrato CANGUÇU X CRVR
Situação: Vigente / Ativo
Data da Criação: 06/06/2022
Validade: 06/06/2022 até Indeterminado
Hash Code do Documento: 0825D19D8D26A1F2FE1B076D57F5D736F822519807D4C02DD161BEB4E4F7CF43

Assinaturas / Aprovações

Papel (parte) Diretor Presidente
Relacionamento 03.505.185/0001-84 - CRVR

Representante	CPF
LEOMYR DE CASTRO GIRONDI	479.570.930-00
Ação: Assinado em 07/06/2022 12:40:30 com o certificado ICP-Brasil Serial - 634F70E5F91A737FBBE9A5BDFBD84764	IP: 172.68.18.210
Info.Navegador Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/102.0.0.0 Safari/537.36	
Localização	
Tipo de Acesso Normal	

Papel (parte) Diretor - Procuração
Relacionamento 03.505.185/0001-84 - CRVR

Representante	CPF
ALEXANDRE DE SOUSA MACHADO	742.927.300-91
Ação: Assinado em 06/06/2022 14:37:01 com o certificado ICP-Brasil Serial - 5BE17B5FFBE31889EA3B325427F2F3C1	IP: 172.71.16.132
Info.Navegador Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/102.0.5005.63 Safari/537.36	
Localização	
Tipo de Acesso Normal	

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento podem ser verificadas através do endereço eletrônico <https://www.documentoeletronico.com.br/procelectronicahttps/validardocumentoscontent.aspx>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **CYJGJ-ZRE4H-UBTAY-JBJRD**



Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Assinado por 2 pessoas: FERNANDA D'AMAZO FERREIRA e MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://canguçu.1doc.com.br/verificacao/9B2B-755DB-696F-4038> e informe o código 1EE2B755DB696F4038



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1B16-755B-55FC-7028

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FERNANDA DIAZ FLORES (CPF 817.XXX.XXX-91) em 07/06/2022 13:45:35 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/1B16-755B-55FC-7028>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3E2B-76DB-9649-AA81

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FERNANDA DIAZ FLORES (CPF 817.XXX.XXX-91) em 14/06/2022 10:23:52 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO (CPF 008.XXX.XXX-40) em 15/06/2022 09:05:01
(GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC SOLUTI Multipla << AC SOLUTI << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/3E2B-76DB-9649-AA81>